

Lei Geral de Proteção de Dados LGPD

Lilliana Bortolini Ramos



OBJETIVOS

- ▶ Introdução e conceitos básicos da LGPD
- ▶ Como se adequar à lei?
- ▶ Sanções legais

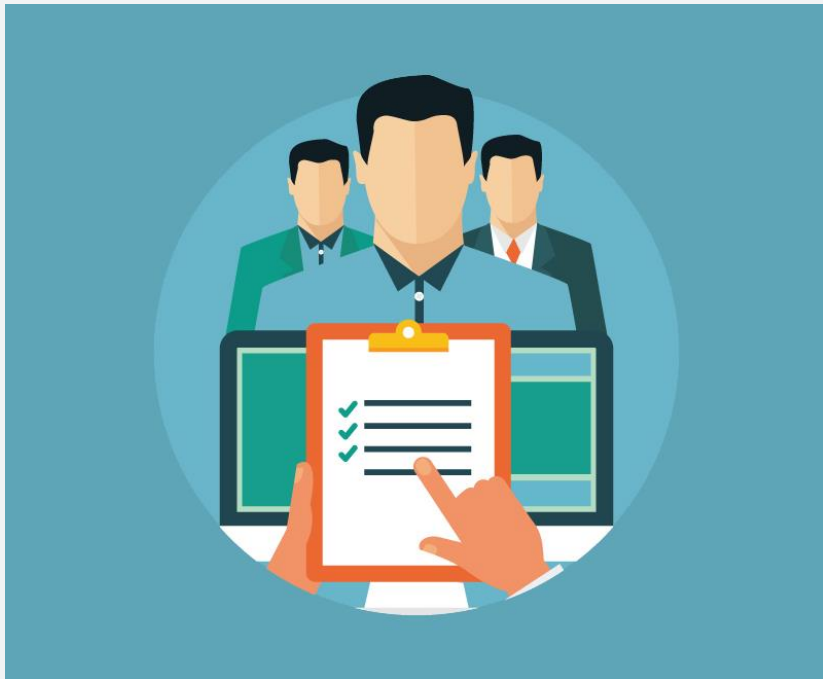
1.

INTRODUÇÃO E CONCEITOS BÁSICOS DA LGPD

INTRODUÇÃO

- ▶ Mais de 8 anos de debates
- ▶ Tem como base a GDPR (*General Data Protection Regulation*) – União Europeia
- ▶ “*Safe harbor*” (Uruguai, Chile e Argentina)

INÍCIO DA VIGÊNCIA DA LEI



!

ATENÇÃO

**16 de agosto
de 2020!**

A QUEM SE APLICA?

- ▶ A qualquer pessoa natural (física) ou pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente de sua nacionalidade, que efetue tratamento de dados pessoais.

A QUEM NÃO SE APLICA A LEI LGPD?

Art. 4º. Esta lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

- ▶ Realizado por pessoa física para fins particulares e não econômicos.
- ▶ Para fins exclusivamente jornalísticos ou acadêmicos.
- ▶ Realizado para segurança pública/defesa nacional/segurança do Estado.
- ▶ Se o tratamento for para atividade de investigação e repressão de infrações penais.

O QUE É TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS?

- ▶ É toda operação realizada com o dado pessoal.

!

EXEMPLOS

**Coleta, recepção, utilização,
acesso, arquivamento,
armazenamento, eliminação,
transferência, etc.**

O QUE SÃO DADOS PESSOAIS?

- ▶ Toda informação relacionada a uma pessoa identificada ou identificável.



O QUE SÃO DADOS ANÔNIMOS?

- ▶ São os dados relativos a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.



O QUE SÃO DADOS SENSÍVEIS?

- ▶ Origem racial ou étnica
- ▶ **Convicção religiosa**
- ▶ Opinião política
- ▶ Filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político
- ▶ Saúde ou vida sexual
- ▶ Dado genético ou biométrico (passíveis de discriminação ou preconceito)
- ▶ Consentimento diferenciado

DIREITOS DOS TITULARES

- ▶ Confirmação da existência
- ▶ Acesso
- ▶ Correção
- ▶ Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desacordo da lei
- ▶ Portabilidade
- ▶ Eliminação
- ▶ Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador compartilhou o dado
- ▶ Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento
- ▶ Revogação de consentimento

EXEMPLOS DE DADOS PESSOAIS



EXEMPLOS DE DADOS PESSOAIS

- ▶ Placa de automóvel



EXEMPLOS DE DADOS PESSOAIS

► Profissão



Imagem: Reprodução/citymattresses

Dormidor profissional

Fabricantes de colchões contratam pessoas para testar seus produtos

R\$ 9.889 por mês

EXEMPLOS DE DADOS PESSOAIS

- ▶ Time de futebol



Exemplos de transformação de dado pessoal em anonimizado ou pseudonimizado

- Escola de idiomas: nacionalidade x indicador



Exemplos de transformação de dado pessoal em anonimizado ou pseudonimizado

- Hospital: religião do paciente



2.

COMO SE ADEQUAR À LEI



COMO SE ADEQUAR À LEI?

- ▶ O tratamento de dados terá que se encaixar em, pelo menos, uma das bases legais e um dos princípios.

COMO SE ADEQUAR À LEI?

- ▶ **10 bases legais**

COMO SE ADEQUAR À LEI?

- ▶ Consentimento
- ▶ Cumprimento de obrigação legal
- ▶ Execução de políticas públicas
- ▶ Estudo por órgão de pesquisa
- ▶ Execução de contrato / Diligências pré-contratuais
- ▶ Exercício regular de direitos
- ▶ Proteção da vida
- ▶ Tutela da saúde
- ▶ Interesses legítimos do controlador / terceiro
- ▶ Proteção ao crédito

COMO SE ADEQUAR À LEI?

▶ **10 princípios**

COMO SE ADEQUAR À LEI?

- ▶ Finalidade
- ▶ Adequação
- ▶ Necessidade
- ▶ Livre acesso
- ▶ Qualidade dos dados
- ▶ Transparência
- ▶ Segurança
- ▶ Prevenção
- ▶ Não discriminação
- ▶ Responsabilização e prestação de contas

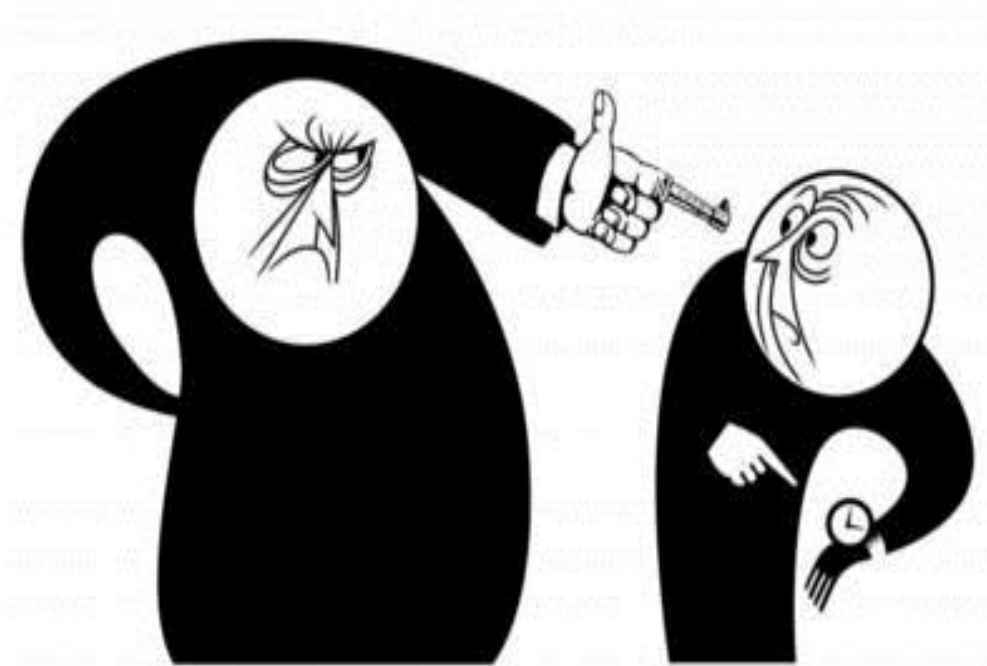
CONSENTIMENTO COMO BASE LEGAL

- **Dica:** Deixar o CONSENTIMENTO por último, salvo nos casos de dados sensíveis.

!

EXEMPLO

WhatsApp



TRANSPARÊNCIA DO CONSENTIMENTO



EXEMPLO 1

- ▶ 2005: prêmio de mil dólares no meio dos Termos de Uso (empresa de games).
- ▶ Foram precisos 5 meses e 3 mil cadastros para que alguém percebesse a promoção.

TRANSPARÊNCIA DO CONSENTIMENTO

!

EXEMPLO 2

- ▶ Vender a alma.
Só 4% tiraram a cláusula.



TRANSPARÊNCIA DO CONSENTIMENTO

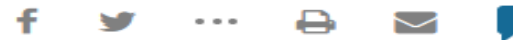
!

EXEMPLO 3

Sem ler os termos de uso, mais de 20 mil pessoas se inscrevem em serviços comunitários

REDAÇÃO - O ESTADO DE S. PAULO

13/07/2017, 14:41



Na pressa de conseguir conexão Wi-Fi de graça, eles caíram na pegadinha de uma empresa

A empresa britânica Purple, que fornece Wi-Fi grátis e hotspots para lojas e áreas públicas, fez uma ação para mostrar que as pessoas não leem os termos de contrato e aceitam qualquer coisa que está escrita no documento. Uma das cláusulas para acessar os hotspots da marca era a que o usuário aceitasse cumprir mil horas de serviço comunitário.

- Limpeza de fezes de animais em parques locais
- Abraçar cães e gatos abandonados
- Consertar manualmente bloqueios no esgoto
- Limpar banheiros móveis em festivais e eventos locais
- Pintar as conchas de caracóis para iluminar sua existência
- Raspar chiclete colado nas ruas

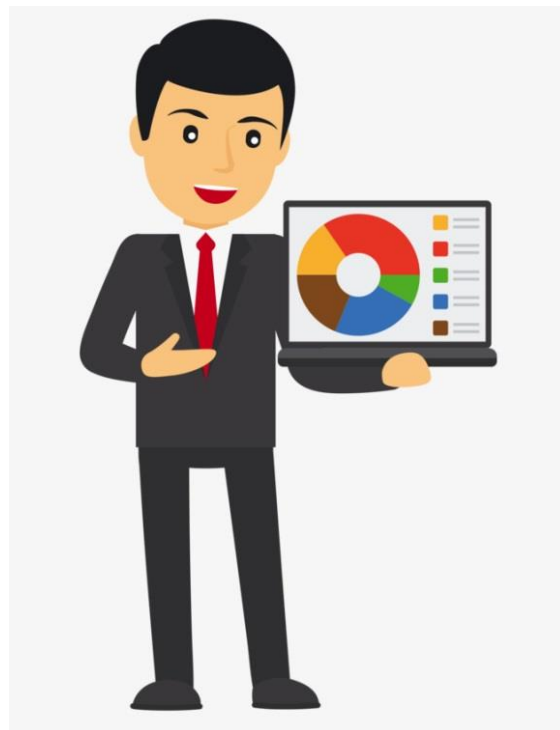
EXEMPLOS DE DADOS PESSOAIS NAS FICHAS CADASTRAIS

		1ª IGREJA PENTECOSTAL PALAVRA DE VIDA			
Fundada em 16 de outubro de 2000 - CNPJ 04.161.811.0001-25 Rua Souza Neves, 40 lote 9 - Parque Allan - São João de Meriti - RJ Tel.: 3757-1052 Pastor Presidente: Roberto Siqueira Torres					
Ficha Cadastral de Membros				Matrícula nº:	
<input type="checkbox"/> Batismo <input type="checkbox"/> Reconciliação <input type="checkbox"/> Adesão <input type="checkbox"/> Alteração de dados					
Nome:					
Endereço: Rua/Av.:				Nº	Bairro:
Cidade:		CEP:	Profissão:	Sexo:	
Data de Nascimento: / /		Telefone:		Celular:	
Estado Civil:				Data Casamento:	
Nome cônjuge:				Filhos: <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	Nº Filhos:
Nome da Mãe:			Nome do Pai:		
HISTÓRICO ECLESIAÍSTICO					
Data da Conversão:		Igreja:	Cidade:		
Data do Batismo:		Igreja:	Cidade:		
Data Consagração a Cooperador:		Igreja:	Cidade:		
Data consagração ao Diácono:		Igreja:	Cidade:		
Data Consagração Presbitério:		Igreja:	Cidade:		
TEOLOGIA					
Curso Teológico (anexar comprovante, se houver)					
Formado pelo Instituto/Seminário:				Tempo:	
Cursando Instituto/Seminário:				Tempo:	
Assinatura do Dirigente da Congregação: _____				Data: / /	
Não preencha os dados abaixo:					
Data de Recebimento como membro: / /		Por: <input type="checkbox"/> Batismo <input type="checkbox"/> Reconciliação <input type="checkbox"/> Adesão			
<input type="checkbox"/> trouxe carta de mudança da Igreja _____ datada de / /					
Pertencia a qual grupo: _____					
Observação: _____					
Data / /		Presidência: _____		Secretária: _____	

EXEMPLOS DE DADOS PESSOAIS NAS FICHAS CADASTRAIS

			
Associação Clube da Pipa Manaus End. Rua Major Gabriel Nº 1243 Bairro Praça 14 FONES: 9111-0163/9503-3993/8152-8775			
FICHA DE ASSOCIADO PESSOA FÍSICA			
NOME:		Nº INSCRIÇÃO DO SÓCIO	
ENDEREÇO RES:		CEP:	
CIDADE:	UF:	TEL:	CEL:
DATA DE NASCIMENTO: --/--/----		IDENTIDADE:	ÓRGÃO EMISSOR:
CPF:	NACIONALIDADE:	NATURALIDADE:	
PROFISSÃO:	Nº TÍTULO:	EST. CIVIL:	
DATA DE NASCIMENTO:	UF:	TEL:	CEL:
CPF:		CEP:	
email _____:			
Sujeitar-se a sanções cíveis e penais art. 299 do Código Penal Declaro ainda conhecer, cumprir e fazer cumprir o estatuto e regulamento internos da A.B.P. O Associado terá que pagar uma taxa conforme previsto no estatuto dessa associação			
Manaus ____ de _____ 2014			
_____ Associado		_____ Presidente	

POR ONDE COMEÇAR A ADEQUAÇÃO DA MINHA EMPRESA?



POR ONDE COMEÇAR?

- Fazer um diagnóstico/mapeamento dos dados pessoais (dos colaboradores, clientes, terceiros, etc.), encaixando-os em, pelo menos, uma base legal e em um princípio.



CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS



E O QUE MAIS?

- ▶ Revisar procedimentos operacionais padrão, políticas de privacidade e regulamentos internos, contratos, etc.
- ▶ Regras de compliance (inclusive de terceiros)
- ▶ Mapear processos e práticas de TI
- ▶ Análise de risco e plano de ação

CONTINUANDO...

- ▶ Elaborar aditivos contratuais, inclusive dos contratos de trabalho
- ▶ Implementar soluções de proteção e governança de dados
- ▶ Criar controles para gestão de incidentes e notificação de autoridades
- ▶ Capacitar a equipe / treinamentos
- ▶ Designar um DPO/encarregado



ENCARREGADO OU “DPO” (*DATA PROTECTION OFFICER*)

- ▶ Pessoa física ou jurídica que atua como canal de comunicação entre o controlador e os titulares dos dados e a autoridade nacional.

PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT



3.

SANÇÕES LEGAIS

Quais são as sanções legais e formas de evitá-las ou minimizá-las?

- ▶ Multa (até R\$ 50.000.000,00 por infração) e indenização por danos.
- ▶ Eliminação de dados pessoais.
- ▶ Bloqueio do tratamento de dados.
- ▶ **Publicização da infração / Dano reputacional.**
- ▶ Advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas.

COMO EVITAR/MINIMIZAR AS SANÇÕES?

Art 52. parágrafo 1º :

- ▶ Adoção reiterada e demonstrada de mecanismos e procedimentos internos capazes de minimizar o dano, voltados ao tratamento seguro e adequado de dados.
- ▶ Adoção de política de boas práticas de governança.
- ▶ Pronta adoção de medidas corretivas.

EM CASO DE VAZAMENTO DE DADOS, O QUE FAZER?

- ▶ Publicização da infração / vazamento de dados:



PRINCÍPIO
“need to know”

EM CASO DE VAZAMENTO DE DADOS, O QUE FAZER?



EM CASO DE VAZAMENTO DE DADOS, O QUE FAZER?

- ▶ “A vida é curta, curta um caso.”



CASOS CONCRETOS DE MULTAS JÁ APLICADAS

[Página Inicial](#) » [Comunicação](#) » [Notícias](#) » [Drogaria Araújo deverá pagar multa de R\\$ 7 milhões por capturar CPF dos consumidores](#)

Notícias



IMPRIMIR



VOLTAR

CONSUMIDOR | 05/12/2018

Drogaria Araújo deverá pagar multa de R\$ 7 milhões por capturar CPF dos consumidores

A Drogaria Araújo S/A foi condenada a uma pena de multa no valor de R\$ 7.930.801,72 por condicionar descontos ao fornecimento do CPF do consumidor no ato da compra, sem oferecer informação clara e adequada sobre abertura de cadastro do consumidor. A decisão condenatória é do Procon-MG, órgão integrante do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), e ocorreu após investigação dos fatos e recusa da empresa em ajustar a conduta.

Segundo a decisão, a prática viola o direito do consumidor à informação clara e adequada sobre o serviço ofertado e sobre os riscos à segurança de dados, especialmente por capturar informações pessoais sem informação prévia ao consumidor. Além disso, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

Em processo administrativo, o promotor de Justiça de Defesa do Consumidor de Belo Horizonte Fernando Ferreira Abreu concluiu que “o escopo principal do suposto programa de fidelidade é o de captar e capturar os CPFs dos consumidores e não desenvolver, em si, um programa de vantagens ou fidelidade”, o que configura prática abusiva, pois a concessão de descontos não pode estar condicionada ao fornecimento de dados pessoais. O promotor ainda destacou na decisão que as palavras “capturar” e “captar” os CPFs dos consumidores constam inclusive de documentos internos da empresa.

Na decisão condenatória, o órgão de defesa do consumidor questiona ainda a segurança das informações e o sigilo dos bancos de dados, já que a realização do cadastro pode ser feita com qualquer CPF válido. O promotor comenta, na decisão, que os sistemas de segurança, por mais avançados que sejam, são vulneráveis e não estão livres de ataques, como já ocorreu com grandes empresas do mundo inteiro e com governos de vários países.

Segundo Fernando Ferreira Abreu, mais vulnerável ainda é o consumidor, “especialmente aquele que teve seu cadastro efetuado com a simples inserção de seu CPF e desconhece que seus hábitos de consumo e histórico de aquisição de medicamentos e produtos estão sendo armazenados”.

Na decisão, ele explica que “a captura constante dos hábitos de consumo do consumidor de forma oculta e sem informação prévia representa severo risco à intimidade e vida privada do consumidor, além de sujeitá-lo a riscos das mais variadas espécies”. Em caso de vazamento de dados, os registros de aquisição de medicamentos, por exemplo, podem ser utilizados por uma operadora de plano de saúde ou seguradora para negar cobertura, seguro ou indenização.

A Drogaria Araújo tem prazo de 10 dias, a contar da data de recebimento da notificação, para apresentar recurso à Junta Recursal do Procon-MG.

CASOS CONCRETOS DE MULTAS JÁ APLICADAS

Shoppings de Pernambuco viram alvo de investigação
do MPPE sobre cumprimento da Lei Nacional de
Proteção a Dados

- maio 23, 2019



CASOS CONCRETOS DE MULTAS JÁ APLICADAS

Oi é condenada em R\$ 1,5 milhões por compartilhar dados pessoais sem autorização

4 de dezembro de 2017

Por compartilhar dados pessoais de clientes sem autorização, a operadora de telefonia Oi foi condenada pela 1ª Vara Federal de Campo Grande a pagar R\$ 1,5 milhão por danos morais coletivos. A ação civil pública foi movida pelo Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul.

A 1ª Vara Federal de Campo Grande reconheceu a existência de dano moral coletivo, "caracterizado pela grave afronta aos valores sociais da coletividade". Além disso, o juiz determinou que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) instaurasse procedimento de fiscalização em face da Oi para apurar o fornecimento de informações privilegiadas.

CONTATO



LILLIANA.BORTOLINI@GMAIL.COM

www.protecaodedados-lgpd.com.br

www.inteligenciajuridica.com.br

Whats: (41) 99228-4899